

O contributo da Economia Circular para o Acordo de Paris



Manuel Gouveia Pereira

Associado Coordenador da Área de Ambiente da VdA e Coordenador do Projeto Verde da VdA

046

O termo “economia circular”, apesar de ser hoje conhecido por todos os Governos e instituições públicas e privadas mais relevantes, está, ainda, a ser assimilado por parte relevante das empresas e dos consumidores.

A Fundação *Ellen MacArthur*, criada em 2010, é considerada uma referência nesta temática. Foi responsável por colocar o tema na agenda mundial, tendo identificado seis ações que as empresas e os Governos podem levar a cabo para assegurar a transição para a economia circular: *Regenerate, Share, Optimise, Loop, Virtualise, and Exchange – ReSOLVE framework*¹.

Recentemente, com a aprovação, pela Comissão Europeia, em dezembro de 2015, do Plano de Ação da UE para a Economia Circular, foi estabelecido um conjunto de metas e objetivos que visam a transição do atual modelo económico de “*take-make-waste*”, de lógica linear, para um modelo que adota uma abordagem circular, permitindo aproveitar e reutilizar produtos e matérias-primas diversas vezes, fazer um melhor uso dos bens existentes, reduzir a produção de resíduos².

Embora este Plano preveja a adoção de medidas em diversas vertentes, existe, ainda, uma noção errada acerca do conceito de “economia circular”. Com efeito, muitos partem do pressuposto que tudo se resume à reciclagem e aos resíduos. Porém, a economia circular é muito mais do que isso: assenta numa lógica de modelos e políticas de negócio regenerativas do ponto de vista do design e o mais livre possível de resíduos.

A abordagem circular foca-se numa eficiência cada vez maior na utilização de recursos, uma maior reciclagem e reutilização, bem como uma redução significativa na utilização de matérias-primas, o que permitirá alcançar, em simultâneo, uma redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Uma vez implementadas, as políticas de economia circular, darão, assim, um inegável contributo para o cumprimento das metas e objetivos recentemente estabelecidos pelo Acordo do Clima de Paris, na COP 21, realizada também em dezembro de 2015.

A este respeito, e porque a temática das alterações climáticas, ao contrário da economia circular, já é bem conhecida à escala global, destaco o potencial da economia circular na redução de gases com efeito de estufa, que irá somar-se às medidas de redução

previstas no Acordo de Paris. Com efeito, existe uma relação direta entre a quantidade de matérias-primas utilizadas em processos industriais, a energia associada e as emissões de GEE correspondentes, que são geradas em todas as fases do ciclo de vida de um produto: extração, produção, consumo e gestão de resíduos. O modelo económico atual está fortemente alicerçado na extração de materiais. De acordo com um estudo recente, são extraídas, aproximadamente, 60 biliões de toneladas de matérias-primas cada ano, equivalentes a 22 kg por pessoa por dia³. Acresce que a grande maioria das matérias-primas extraídas não podem ser recuperadas por serem utilizadas no setor da construção, o que apenas permite a sua recuperação aquando da demolição das construções. No que respeita aos restantes produtos, a reutilização e reciclagem, a extensão do ciclo de vida e o eco-design serão, também, determinantes para alcançarmos um modelo circular, permitindo, ao mesmo tempo, uma redução na emissão de GEE. Este ano a Ecofys publicou um documento⁴ onde refere que a indústria, agricultura & florestas, edifícios/construções e transportes constituem quatro categorias que contribuem para 82% das emissões ao nível global, sendo, ao mesmo tempo, estas as áreas onde, através das políticas de economia circular, existe maior potencial de redução de GEE. Este potencial de redução é também destacado pela Fundação *Ellen MacArthur*, no “*toolkit*” emitido em 24 de junho deste ano⁵. Ora, considerando que existe um *gap*⁶ entre os compromissos de redução de GEE dos Estados signatários do Acordo de Paris e as medidas que são necessárias para que não se ultrapasse o limite de aumento de temperatura de 1,5 °C, o potencial de redução de GEE associado à economia circular é da maior importância para a sustentabilidade à escala global.

Importa, por isso, garantir o acesso a informação correta por parte dos consumidores e produtores, procurar uma coordenação de esforços por parte de todos os agentes e *players* que podem contribuir para o novo modelo e assegurar a existência de planos e programas ao nível governamental que adotem soluções suscetíveis de promover a circularidade da economia, bem como a existência de incentivos, nomeadamente ao nível financeiro (incluindo uma rigorosa aplicação e utilização dos fundos estruturais), que fomentem a transição do atual modelo linear para o novo modelo circular e regenerativo. •

¹ *Ellen Mac Arthur Foundation, SUN, Mc Kinsey & Co. (June 2015). Growth Within: a circular economy vision for a competitive Europe.* ² A este respeito, destaco as notícias veiculadas na comunicação social, em setembro deste ano, acerca da proibição, em França, a partir de 2020, de venda de copos, pratos e talheres plásticos, sendo obrigatório, a partir dessa data, que estes produtos sejam constituídos em 50% por materiais de origem vegetal e serem biodegradáveis. ³ Haas et al., 2015. How circular is the global economy? An Assessment of Material Flows. ⁴ Waste Production and recycling in the European Union and the World in 2005. ⁵ Ecofys, 2016. World GHG emission flow chart. ⁶ Ellen Mac Arthur Foundation, 2015. Delivering the Circular Economy. A toolkit for policy makers. ⁶ UNEP, 2015. Emissions gap report.